

Da Fadiga Crepuscular Paradigmática ao Afrocentrismo: Pedagogias em Movimento na América Ladina

OF PARADIGMATIC TWILIGHT FATIGUE TO AFROCENTRISM: PEDAGOGIES IN MOTION IN AMÉRICA LADINA

Isabell Theresa Tavares Neri ¹
Universidade Federal do Pará-UFPA

Lúcia Isabel da Conceição Silva ²
Universidade Federal do Pará-UFPA

RESUMO

Como e até que ponto uma proposta educativa afrocentrada e amefricana é capaz de romper com uma educação voltada para uma ideologia do branqueamento e caminhar rumo à tessitura de pedagogias antirracistas? Esta é a questão central deste artigo. A partir de um levantamento bibliográfico e documental do legado de Lélia Gonzalez (2019, 1988), estabelecemos um diálogo com os principais componentes do paradigma afrocentrado edificado por importantes intelectuais pan-africanos como Molefi K Asante (2009) e Cheikh Anta Diop (1974). Os resultados apontam para pedagogias que subvertem o racismo por denegação presente nas escolas e universidades, importantes para recalculer a rota das teorias da educação em meio às crises paradigmáticas amplamente problematizadas pela Educação Popular freireana.

Palavras-chave: Afrocentricidade. América Ladina. Lélia Gonzalez. Racismo por denegação. Educação Popular

ABSTRACT

How and to what extent is an Afro-centered and Amefricana educational proposal is able to break with an education focused on a whitening ideology towards the weaving of anti-racist pedagogies? It's the central issue of this article. Based on a bibliographic and documentary survey of the legacy of Lélia Gonzalez (2019, p.1988), We establish a dialogue with the main components of the Afro-centered paradigm built by important pan-African intellectuals such as Molefi K Asante (2009) and Cheikh Anta Diop (1974). The results point to pedagogies that subvert racism by denegação present in schools and universities, important to recalculate the route of theories of education in the midst of paradigmatic crises widely problematized by Freirean Popular Education.

Keywords: Afrocentricity. América Ladina. Lélia Gonzalez. Racism by denial. Popular Education.

¹ Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Pará-UEPA. Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Pará-UFPA, Belém, Pará, Brasil. Endereço para correspondência: Avenida Augusto Montenegro, 3401, Mangueirão, Belém, estado, país, CEP: 666.40.465 ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-4224-4022> Lattes: : <http://lattes.cnpq.br/3039078409617214> .E-mail: isabell.neri@iced.ufpa.br

² Doutora em Teoria e Pesquisa do comportamento. Docente do Programa de Pós-graduação em Educação-UFPA, Belém, Pará, Brasil. Endereço para correspondência: Universidade Federal do Pará, Brasil, CEP: 66075-110 ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-8871-5913> Lattes: : <http://lattes.cnpq.br/5758168217659420> .E-mail: luciaisabel@ufpa.br

INTRODUÇÃO

Muitos são os desafios que se avolumam no horizonte do cenário educacional brasileiro em meio a crises econômicas, políticas, sanitárias, éticas e morais. Nunca foi tão importante enfatizar o binômio política e educação, uma das principais teses apontadas por Scocuglia (2019) enquanto a coluna vertebral do legado freireano.

Os intérpretes de Paulo Freire são unânimes em afirmar que seus livros são verdadeiros clássicos por tratarem de questões extremamente atuais como a globalização capitalista e o liberalismo, que na atualidade apresentam a sua face mais perversa.

Não apenas as questões políticas, sociais e culturais povoavam as reflexões educativas do pedagogo pernambucano como também a crise de paradigmas. Paulo Freire e Abdias Nascimento compartilharam a experiência do exílio e eram muito amigos. Ambos chegaram a assessorar pedagogicamente países africanos que haviam passado por um processo de descolonização. A maior prova desta amizade está em um dos livros de Abdias (1983) intitulado “Axés do sangue e da Esperança,” onde Freire assina o prefácio.

Abdias do Nascimento, assim como Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez são os principais expoentes do paradigma afrocentrado no Brasil. A afrocentricidade se consolida academicamente no final do século XX, período em que a crise paradigmática é inaugurada. Não se trata apenas da substituição de um paradigma por outro, mas em um ato de “desreferenciar” o próprio sentido do que conhecemos como paradigma.

Certamente que se não fosse o imperialismo que a Europa e o norte global derramaram sobre o mundo, não precisaríamos falar sobre a crise de paradigmas. O século das luzes inaugurou uma racionalidade instrumental a partir dos avanços nos campos da física e da astronomia que contrastava com o período medieval refugiado na luminosidade da santa inquisição.

Os grandes nomes do iluminismo são Descartes, Newton e Kant, este último responsável por forjar o conceito de uma consciência originária onde o homem, a partir da sua subjetividade, seria capaz de desvelar o objeto do conhecimento.

Uma racionalidade instrumental responsável por fundamentar teses da biologia e da antropologia que rotulavam as populações racializadas como irracionais, selvagens e, portanto, adâmicas. As cores das epidermes dos povos originários e africanos foram associadas a patologias que fundamentaram o encadeamento mental imposto pela supremacia branca.

Ainda que Hegel contestasse o sentido de consciência acondicionada elaborada por Kant, crítica que foi aprofundada por Marx a partir dos conceitos de ideologia e alienação no sentido de atentar para uma consciência mergulhada nas estruturas históricas e sociais passíveis de transformações, as dialéticas, tanto a hegeliana quanto a marxista, nunca questionaram os efeitos nocivos da racionalidade instrumental como o colonialismo e o racismo estrutural.

Tanto o pensamento liberal quanto a perspectiva positivista do marxismo sofrem de uma fadiga crepuscular uma vez que as suas profecias não se cumpriram. A liberdade apregoada pelo liberalismo se tornou uma falácia. Afinal, se as classes empobrecidas não vendem a sua força de trabalho, são devoradas pela miséria.

O marxismo, por seu turno, falhou ao prever que as transformações sociais e históricas ocorreriam somente pelas vias econômicas.

Podemos dizer, em suma, que algumas das bases do marxismo originário não se sustentam ao defenderem, entre outras causas, a racionalidade ‘instrumental’ do iluminismo, como um sistema fechado, cujo desenvolvimento e conclusão já são dados a priori. Deste olhar, o marxismo (de Marx) não se sustenta como modelo de explicação global da sociedade e de suas “mudanças e permanências (SCOCUGLIA, 2019, p.129).

Diante destas crises paradigmáticas, quais seriam os caminhos? Dando continuidade ao pensamento de Scocuglia (2019, p.130):

são vários os questionamentos. O que fazer? Renunciar à razão? Apostar no irracionalismo, mergulhar nos niilismos tão convidativos ou nos ápices pessimistas dos pós-totalitarismos? Ou será o caso de levar ao cume o cinismo neoliberal do capitalismo? A questão, enfim, que se coloca é “racional versus irracional”?

Os excertos anteriores apresentam evidências de que não se trata de romper definitivamente com o pensamento marxista, mas de chamar atenção para o seu apego incondicional a uma racionalidade tecnicista. Em outras palavras, um cientificismo que “sob a égide da ‘ordem’ (e do ‘progresso’) e da busca de resultados científicos homogêneos e generalizáveis, as [suas] preocupações metodológicas eclipsaram as reflexões epistemológicas” (SCOCUGLIA, 2019, p.135).

Isso significa que tão importante quanto as dimensões estruturais e cognitivas de um paradigma é o seu grau de funcionalidade em realidades complexas como a Amazônia. Será que esta fadiga experimentada pelas teorias modernas é capaz ter fôlego suficiente para responder aos anseios de comunidades como as quilombolas e indígenas?

Por outro lado, Mazama (2009) adverte que isso não implica em negarmos a importância da razão. Sabemos que o rastro de genocídio deixado pelo colonialismo e que perdura até hoje com o racismo estrutural negou os corpos e os sentimentos das populações racializadas, mas isso não significa que tenhamos que abandonar qualquer debate sobre as racionalidades. Precisamos disputar o campo da produção do conhecimento científico para romper com as algemas que nos mantém reféns de paradigmas bancocêntricos e androcêntricos.

O cenário educativo brasileiro, ainda segundo Scocuglia (2019), iniciou a discussão sobre a crise de paradigmas de modo tardio. Um dos motivos se deve ao fato de a pedagogia ser resistente a um diálogo interdisciplinar com as ciências humanas. Os currículos dos cursos de licenciatura ainda estão eivados de preceitos sociológicos, históricos e psicológicos enraizados em bases positivistas.

Em busca de referências paradigmáticas que irradiam um amanhecer energizante, apostamos no paradigma afrocentrado. É a partir do prisma afrocêntrico que Lélia Gonzalez irá forjar o conceito de amefricanidade.

Esta categoria política e cultural nos leva a indagar a respeito de *como e até que ponto as pedagogias amefricanas constroem preceitos teóricos e práticos capazes de migrar de uma prática educativa que fortalece o encadeamento mental imposto pela supremacia branca rumo a uma educação antirracista?*

São notas iniciais que refletem a fase seminal de um debate teórico em andamento, mas que já explicita um vigoroso engajamento por parte do pensamento gonzaleano em combater os pilares que sustentam o racismo estrutural no Brasil. Violências raciais responsáveis por tornar ainda mais perversas as desigualdades de classe, etnia, gênero e capacitismo.

METODOLOGIA

Uma busca intensa pelos artigos, livros, cartas, documentários, transcrições de aulas e conferências escritas e/ou proferidas por Lélia Gonzalez nos levaram a trilhar os caminhos de uma pesquisa documental e bibliográfica.

Assim, concordamos com Pimentel (2001, p. 192) que:

dependendo do objetivo da pesquisa, a análise de documentos pode se caracterizar como instrumento complementar ou ser o principal meio de concretização do estudo [...] Embora alguns personagens, instituições e acontecimentos não pertençam ao cenário atual, isto não significa que estejam confinados ao esquecimento. Ao contrário, eles estão presentes em cada um de nós, em nossa atuação e em nossa produção de conhecimento, pois estamos envolvidos e partimos exatamente do que anteriormente foi elaborado.

Adotamos essa modalidade de pesquisa com o objetivo de entrecruzar os elementos do paradigma afrocentrado com as categorias gonzaleanas como o pretoquês, amefricanidade, América Latina e quilombo. Além de descrever, ainda que brevemente, a progressão que o pensamento afrocentrado experimentará com as contribuições epistemológicas de Lélia Gonzalez ao contextualizá-lo a partir dos cenários educativos, políticos e pedagógicos nacionais.

A PRIMAVERA DA ROSA NEGRA: LÉLIA GONZALEZ NO PALCO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os/as intérpretes de Lélia Gonzalez são unânimes em afirmar que se estivesse viva, estaria hoje fortalecendo a interdisciplinaridade no âmbito das ciências sociais. Graduada em filosofia, história e geografia, dedicou uma boa parte de sua jornada política e acadêmica a combater o racismo estrutural no Brasil, fundando o Movimento Negro Unificado-MNU em pleno regime militar.

Bairros (2018) pontua três fases que constituem o itinerário intelectual de Lélia Gonzalez. Um primeiro momento onde a autora, assim como outros intelectuais da década de 1970, se dedicava a tecer debates sobre o desenvolvimento tardio e combinado; a década de 1980 que inaugura uma fase em que seu pensamento será atravessado pela psicanálise e Afrocentricidade e os anos de 1990, onde tecerá profundas críticas sobre o feminismo do norte global.

A dedicação de Lélia aos estudos psicanalíticos será tão intensa a ponto de levá-la a inaugurar a primeira escola de psicanálise do Rio de Janeiro. Ancorada nos referenciais teóricos de Frantz Fanon, Lima Barreto e Jacques Lacan, a intelectual buscará compreender as bases de sustentação do racismo estrutural. Importante destacar que Lélia Gonzalez estabelecerá um debate racial interestrutural. Para ela, as dimensões subjetivas e objetivas apresentavam o mesmo grau de importância.

A respeito da infraestrutura, ela conseguiu realizar um complexo diálogo com as teorias marxistas a partir da ótica da discriminação racial. Era fundamental compreender que o racismo no Brasil é completamente distinto aos que existem nos Estados Unidos e na África do Sul.

O processo de colonização ibérica fará o Brasil herdar uma lógica racial de castas. Um denso debate teórico que dará subsídios para que seus/as intérpretes afirmem que Lélia Gonzalez chega a anteceder o debate sobre a colonialidade do poder elaborada por Quijano (2005).

Nesse sentido, a partir da categoria lacaniana denegação³, Lélia levantará a seguinte tese: o racismo estrutural é alimentado a partir de uma (de)formação do inconsciente coletivo brasileiro, onde a população é estimulada a legitimar apenas as culturas, racionalidades e estéticas do norte global ao mesmo tempo em que denega, ou seja, reprime, as culturas e identidades indígenas e africanas.

Na mesma direção, a intelectual problematiza sobre a neurose coletiva vivida pelo povo brasileiro. Uma espécie de amnésia responsável por levar uma boa parte da população a mergulhar na ideologia do branqueamento, considerando-se escandinava ainda que o seu cotidiano esteja eivado das culturas e ancestralidades indígenas e africanas.

Como combater o racismo por denegação? Para Lélia Gonzalez trata-se de um enfrentamento que também envolve as pessoas brancas, especialmente no exercício de questionamento da branquitude. Há uma latinidade traduzida no desprezo pela existência física e simbólica dos/as indígenas e negros/as, que legitima apenas a presença/invasão cultural europeia no continente latino-americano e caribenho embora mais da metade da sua população seja racializada, uma vez que é fruto das transversalidades entre indígenas e africanos.

Assim, o sentido de amefricanidade não se resume à cor da epiderme, ainda que Lélia não subestimasse a perigosa relação entre o colorismo e o mito da democracia racial. Ser amefricana/o é reconhecer as múltiplas experiências pan-africanas na América Latina e no Caribe. Compreender que as populações africanas não apenas vieram, em navios com graves riscos sanitários, para o território latino-americano no momento em que foram brutalmente sequestradas da África e escravizadas; há estudos robustos que comprovam a presença africana na América Latina muito antes da chegada de Colombo. Os povos *Miskitos* que vivem na Nicarágua são a prova viva dos atravessamentos afetivos, culturais e cosmogônicos protagonizados pelas populações pan-africanas e indígenas.

Nesse sentido, de que forma a escola pode enfrentar o racismo por denegação responsável pela (de)formação do inconsciente coletivo da população brasileira? Uma das possíveis respostas estaria em uma perspectiva educativa afrocentrada.

³ para um bom entendimento das artimanhas do racismo [...] vale a pena recordar a categoria freudiana de denegação (*Verneinung*): processo pelo qual o indivíduo, embora formulando um de seus desejos, pensamentos ou sentimentos, até aí recalçado, continua a defender-se dele, negando que lhe pertença. Enquanto denegação de nossa ladinoamefricanidade, o racismo à brasileira se volta justamente contra aqueles que são o testemunho vivo da mesma (os negros), ao mesmo tempo que diz não o fazer (“democracia racial” brasileira) (GONZALEZ, 1988, p.69).

O paradigma afrocentrado, conforme mencionamos na introdução, irá se consagrar nas universidades como uma importante ferramenta de pesquisa no final do século XX e com a publicação dos livros de Molefi K Asante na década de 1960. A sua influência na América Latina e no Caribe é notável. Brasil, Haiti e Cuba serão palcos de importantes movimentos como o indigenismo, quilombismo, pan-africanismo e o movimento negritude, tecendo diálogos com intelectuais de distintas geografias como Frantz Fanon, Aimé Césaire, Léon-Gottran Damas, Sédar Senghor e Carlos Moore.

A Afrocentricidade, por um lado, procura questionar a racionalidade instrumental branco-cêntrica, comprovando com argumentos consistentes que a filosofia europeia nada mais é do que um plágio das cosmo-sensações africanas (JAMES, 1954), ao mesmo tempo em que se dedica a estudar as epistemologias que embasam as religiões de matriz africana a exemplo da revolução haitiana cujo protagonismo do *vodum* foi mais político do que religioso de fato.

Para Asante (2009), o paradigma afrocentrado não pode ser considerado apenas como um mecanismo para a construção de uma agenda de pesquisa. Existem preceitos que ultrapassam a esfera acadêmica e que estão ligados a posicionamentos políticos e éticos.

Com base em uma postura crítica e contrária a todas as formas de opressão perpetradas pelo padrão de poder global euro/norte/centrado, os seguintes elementos são elencados: a) reposicionamento do lugar psicológico; b) o sentido de agência; c) valorização dos elementos culturais; d) refinamento léxico; e) reparação histórica.

Sobre o reposicionamento psicológico, Asante (2009, p.96) explica que “refere-se ao lugar psicológico, cultural, histórico, ou individual ocupado por uma pessoa em um dado momento da história.” A supremacia branca impõe um encadeamento mental que leva as populações racializadas a se distanciarem psicologicamente de suas culturas e ancestralidades.

As culturas europeia e anglo-saxã orquestram uma espécie de terrorismo cultural, instrumento colonizador que se mostra eficaz até a atualidade, acorrentando as bases psíquicas dos povos africanos diásporizados e originários. Há uma “[...]fragmentação da identidade racial que ele [superioridade branca] produz: o desejo de embranquecer (de limpar o sangue, como diz no Brasil) é internalizado, com simultânea negação da própria raça, da própria cultura” (GONZALEZ, 1988, p.73).

Ainda para a intelectual:

que se atente, por exemplo, para a publicidade veiculada nas revistas e na tevê; têm-se a impressão de que o Brasil é um país escandinavo [...] **todo um esforço de se ocultar o fato de que o Brasil é um país com um pé na senzala.** E como fazê-lo?

Mediante todo um modo de ser europeizado que se perpetua na exaltação da ocidentalidade, de suas histórias, de seus valores [grifo nosso] (GONZALEZ, 2018, p.138-9).

Lélia Gonzalez (2018, p.243) destacava que também foi vítima desta violência psicológica. “[...] houve época em que eu era espiritualista, porque, sendo só espírito, eu não via esse corpo preto, essa cara preta, esse cabelo que chamam de ruim, esses lábios que chamam de beijos, esse nariz que chamam de achatado, enfim, eu saía do mundo[...]

A intelectual coloca em relevo o papel das escolas e das universidades nesse processo de deslocamento psicológico das populações racializadas. “Na escola a gente aprende aquelas baboseiras sobre os índios e os negros, na própria universidade, o problema do negro não é tratado nos seus devidos termos” (GONZALEZ, 2018, p.290).

Em contrapartida, no sentido de fortalecer a realocação das consciências fraturadas das populações racializadas, a proposta pedagógica de Lélia Gonzalez consiste em (2018, p.377):

despertar uma consciência da beleza da própria imagem – o chamado Black’s Pride (Orgulho Preto). Ter a etnia valorizada. Acho que teremos que recorrer aos mitos, às histórias, uma literatura infantil em que a criança negra esteja presente [...] Acho que o teatro também tem um papel muito importante para as comunidades. A dramatização trabalha o emocional, transforma e traz à tona uma série de emoções recalcadas (GONZALEZ, 2018, p.377-8).

As ideias pedagógicas da intelectual vão ao encontro de uma proposta educativa afrocentrada. Uma educação focada nos valores culturais, ancestrais e cosmogônicos das civilizações racializadas. Mazama (2009, p.126) problematiza que a garantia de escolas para as comunidades negras sem um debate aprofundado sobre os currículos brancocêntricos pode representar mais uma perversa forma de violência do branqueamento. “[...] Muitos de nós se comportam como ‘idiotas instruídos,’[...] aderindo à ordem europeia individualista, materialista e racista. As reformas educacionais não conseguem melhorar essa realidade [...]”

O sentido de agência, por sua vez, corresponde às referências de uma narrativa. Há uma historiografia que legitima as vozes dos homens brancos, considerados os grandes vultos da história. Assim, “devemos ter o compromisso de descobrir onde uma pessoa, um conceito, ou uma ideia africanos entram como sujeitos em um texto, evento ou fenômeno” (ASANTE, 2009, p.97).

Entendemos que o conceito gonzaleano de América Ladina expressa o sentido de agência da população amefricana:

[...] Trata-se de um olhar novo e criativo no enfoque da formação histórico-cultural do Brasil que, por razões de ordem geográfica e, sobretudo de ordem inconsciente, não vem a ser o que geralmente se afirma: um país cujas formações do inconsciente são exclusivamente europeias, brancas. Ao contrário, **ele é uma América Africana cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o t pelo d para, aí sim, ter o seu nome assumido com todas as letras: América Ladina** [...] [grifo nosso] (GONZALEZ, 1988, p.69).

Ainda que a população brasileira se considere europeia, a cultura, literatura, religiosidade, gastronomia, arte e medicina brasileiras são criações predominantemente indígenas e africanas. Os capítulos da história nacional foram escritos e oralizados por importantes lideranças quilombolas, pajés e curandeiras. “[...] experiência histórica, marcada pela escravidão, indica como no interior da comunidade como um todo forjaram-se formas político-culturais de resistência que hoje nos permitem continuar uma luta plurissecular de libertação” (BAIRROS, 2018, p.446).

Em um processo investigativo, significa que devemos compreender as dinâmicas sociais, históricas e culturais a partir da sapiência das populações racializadas, confrontando e fraturando o próprio corolário brancocêntrico da racionalidade instrumental. É o momento de recuperarmos o nosso legado roubado. Nas palavras de Lélia Gonzalez (2018, p.228), “temos que nos irmanar e lutar contra essas forças da opressão que são imperialistas, colonialistas. E quando falo que elas são colonialistas, quero dizer que são racistas.”

A intelectual tecia poderosas críticas a historiadores e sociólogos de grande prestígio como Gilberto Freire e Caio Prado Júnior a respeito de suas interpretações bancocêntricas sobre a conjuntura brasileira e que reforçam a narrativa do colonizador. “[...] apesar da seriedade dos teóricos brasileiros, percebe-se que muitos deles não conseguem escapar às astúcias da razão ocidental. Aqui e ali podemos constatar em seus discursos, os efeitos do neocolonialismo cultural.” (GONZALEZ, 2018, p.61).

O mito da democracia racial, por exemplo, é uma narrativa extremamente perversa e defendida por muitos intelectuais que propagam a tese de que o Brasil, por ser um país miscigenado, é avesso ao racismo, uma vez que os/as europeus estabeleceram relações cordiais com os/as negros/as e indígenas.

A partir do sentido de agência, ao lermos os escritos de intelectuais e militantes negras/os como Maria Firmina, Esperança Garcia e Luiz Gama, veremos que miscigenação racial é sinônimo de brutal violência sexual contra mulheres e meninas negras e indígenas.

Na mesma toada, ao desmontar o mito da democracia racial, a intelectual demonstra que mesmo após anos de abolição da escravização no Brasil, bases escravocratas ainda estão

seguramente fincadas no solo nacional. “[...]O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas [...] (GONZALES, 1988, p.73).” O seguinte excerto de autoria da União dos Coletivos Pan-Africanos traz um sentido profundamente poderoso sobre a agência afrocentrada a partir da religiosidade e as rupturas por ela provocadas nesta estrutura racista:

[...] valorizar e enaltecer orixá é dizer aos senhores de engenho que não apagamos nossos deuses. Que as chicotadas não foram o bastante para nos fazer acreditar que não temos alma. As sete voltas, dadas pelos nossos, em volta da árvore de baobá, para que esquecessem todo o poder que traziam em si, a mando daqueles que doentamente se achavam superiores, é desfeita a cada acolhimento dentro do Ilê. **Tentaram embranquecer até as nossas referências que transcendem as físicas. Foi com consciência disso que a intelectualidade de Lélia se pôs contra o desejo de brancura. Que sua sabedoria nos sirvam como exemplo** [grifo nosso] (MULHERES DA UCPA, 2018, p.403-4).

Entendemos, assim, que as religiões de matriz africana, mais políticas do que ritualísticas, revelam inteligências racializadas, pilares de gerações que florescem ainda que em meio ao genocídio.

O pretoguês, por sua vez, constitui o sentido de refinamento léxico do paradigma afrocentrado.

[...] aquilo que chamo de pretoguês e que nada mais é do que marca de africanização do português falado no Brasil [...] o caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, além da ausência de certas consoantes (como o *l* e o *r*, por exemplo), **apontam para um aspecto pouco explorado da influência negra na formação histórico-cultural do continente como um todo (e isto sem falar nos dialetos crioulos do Caribe)** [...] [grifo nosso] (GONZALEZ, 1988, P.70).

A necessidade de descolonizar a língua é uma atitude primordial para a afrocentricidade. Existem muitos vocábulos utilizados pelos idiomas ocidentais que não conseguem denominar de maneira fidedigna as múltiplas dinâmicas sociais tecidas pelos povos racializados. Nas palavras de Asante (2009, p.98-9), “o afrocentrista autêntico busca livrar-se da linguagem de negação dos africanos como agentes na esfera histórica da própria África [...].”

Evidenciamos as contribuições magistras das línguas africanas e indígenas para o português brasileiro. Acreditamos que debates entre os processos de alfabetização e o pretoguês devem ser aprofundados no sentido de apresentar as múltiplas formas de comunicação orais e escritas e todos os conhecimentos que as cercam.

Beatriz Nascimento (1985) apresenta o conceito de “quilombo urbano” como um excelente exemplo. As periferias, morros e favelas, aos olhos das autoridades públicas

brancocêntricas, são vistos como conjuntos habitacionais completamente desordenados; estas comunidades são extremamente organizadas e capazes de traçar estratégias de sobrevivência, garantindo acesso à educação, cultura, esporte e serviços médicos através de uma dinâmica social solidária somada a um intenso trabalho de base que oferece subsídios para que as comunidades racializadas possam ser agentes políticos em potencial.

A respeito da forma como Lélia Gonzalez interpretava o sentido de “quilombo,” Ratts (2006, p.54) explica que:

[...] em mais de um artigo [Lélia Gonzalez] focaliza mulheres negras quilombolas [...] Lélia Gonzalez exercita o uso das noções de quilombola e quilombo em diversas situações que têm a mulher negra no centro da reflexão, confrontando-as com os “tipos” da escrava, da mucama, da mãe preta e da mulata [grifo nosso].

Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez e Abdias do Nascimento (2009) enfrentaram uma falange de pesquisadores brancos que defendiam a tese que os quilombos eram obsoletos e correspondiam exclusivamente ao período escravocrata, classificando-os como uma “temática negra.”

Um dos grandes objetivos intelectuais de Beatriz Nascimento foi o de derrubar esta visão cartesiana e brancocêntrica sobre o sentido de quilombo, cartografando as múltiplas versões que essa palavra foi adquirindo no decorrer dos anos. Importante destacar que a historiadora assim como Abdias do Nascimento, eram as principais referências de Lélia.

A valorização das culturas e ancestralidades indígenas e africanas está presente no pensamento de Lélia Gonzalez através da categoria política e cultural amefricanidade.

As implicações políticas e culturais da categoria de Amefricanidade são, de fato, democráticas; exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: **A AMÉRICA e como um todo (Sul, Central, Norte e Insular). Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de Amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada [...]** [grifo nosso] (GONZALEZ, 1988, p.76-7).

O conceito de Amefricanidade surge com base no afrocentrismo e expressa as grandes contribuições de Lélia para a afrocentricidade enquanto um paradigma em construção. A filósofa, historiadora e socióloga problematizou em muitos de seus textos o terrorismo cultural não apenas perpetrado pela Europa, mas também pelos Estados Unidos. “[...] se não se leva em conta a questão da violência cultural, a ideologia do branqueamento será amplamente vitoriosa;

e, que é pior, sob a sua forma mais sutil, que é a da plena ocidentalização.” (GONZALEZ, 2018, p.141).

A categoria amefricanidade seria uma resposta ao termo “afro-americano,” utilizado até mesmo pelos intelectuais afrocentrados norte-americanos. “[...] Continuamos passivos em face da postura político-ideológica da potência imperialisticamente da região: Os Estados Unidos. Foi também, por esse caminho, que comecei a refletir sobre a categoria de amefricanidade” (GONZALEZ, 1988, p.75).

Para Lélia, a palavra afro-americano/a é sinônimo do encobrimento das populações pan-africanas que traçaram a América Latina e o Caribe em seus mais distintos quadrantes, uma vez que se referia apenas às experiências das comunidades negras norte-americanas.

Tanto Lélia Gonzalez quanto Beatriz Nascimento criticavam as interpretações bancocêntricas do meio acadêmico que menosprezavam as culturas negras. Uma visão cultural cristalizada que enxergava as populações racializadas exclusivamente sob o ponto de vista da escravização, menosprezando as suas valiosas contribuições para a ciência, arte, medicina, religiosidade e literatura. Nesse sentido, “[...] o termo amefricanas/amefricanos designa toda uma descendência: não só a dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro, como aqueles que chegaram à AMÉRICA muito antes de Colombo [...]” (GONZALEZ, 1988, p.77).

Em outras palavras, “classificações eurocêntricas do tipo ‘cultura popular,’ ‘folclore nacional,’ etc, que minimizam a importância da contribuição negra” (GONZALEZ, 1988, p.70). Por iniciativa própria, a intelectual inicia um curso destinado ao estudo das culturas negras na Escola de Artes Visuais do Rio de Janeiro.

Asante (2009, p.99), por sua vez, comenta sobre a valorização cultural em uma perspectiva afrocentrada no sentido de que “muitos intelectuais e escritores do passado desprezaram as criações africanas, fossem elas na música, na dança ou na arte, fossem na ciência, como algo diferente do restante da humanidade. Era uma atitude inegavelmente racista [...]”

Nesse sentido, segundo Lélia Gonzalez (1988, p.74), “[...] a força cultural apresenta-se como a melhor forma de resistência.” O combate ao racismo estrutural passa pelo derretimento do processo de denegação das culturas e identidades indígenas e africanas:

“[...] o racismo estabelece uma hierarquia racial e cultural que opõe a “superioridade” branca ocidental à “inferioridade” negroafricana. A África é o continente “obscuro,” sem uma história própria (Hegel); por isso, a razão é branca, enquanto a emoção é negra” (GONZALEZ, 1988, p.77).

O paradigma afrocentrado mostrou que Hegel estava errado. O continente africano não apenas tem uma história própria como foi plagiado pelo pensamento europeu. Por isso consideramos o processo de reparação histórica uma das vertentes mais importantes da perspectiva afrocentrada.

Um dos principais expoentes dessa “odisseia historiográfica” é o polímata senegalês Cheikh Anta Diop (1974). O físico abandonou as ciências naturais por serem politicamente neutras e iniciando, motivado por “[...] preocupações igualmente instigantes: 1) os movimentos pela independência africana; 2) a reavaliação e reconstrução do passado africano [...]” (FICH III, 2009, p.72), intensos estudos interdisciplinares nos campos da antropologia, arqueologia e que resultaram em uma tese de doutorado que experimentou resistências por conta de sua temática a respeito da origem africana da civilização.

A teoria monogenética, defendida pelo estudo, se contrapunha à narrativa poligenética, blindada por intelectuais europeus. A tese de Diop (1974) indica que a África é o berço da humanidade. Quanto mais os anos avançam e os instrumentos científicos vão sofisticando-se, maior é a certeza de que as suas pesquisas estavam corretas.

[...] ainda havia grande controvérsia sobre quando e onde o homínido africano ancestral havia cruzado o limite e se tornado o homem moderno, ou seja, o *homo sapiens sapiens*. **Os teóricos que procuravam esse evento fora da África eram da escola “poligenésica,”** a qual insistia que, embora os homínidos mais antigos tivessem nascido fora da África, ao atingirem o estágio de *Homo erectus*, há quinhentos mil anos, cinco diferentes populações amplamente espalhadas pela África, Ásia e Europa tenham cruzado a fronteira do *sapiens* para se tornarem seres humanos modernos. Esse modelo, então, atribui uma criação especial a cada uma das raças e separa umas das outras e, portanto, da africana. **Diop, um intransigente defensor da escola “monogenésica” ou “monocêntrica,” atacou essa posição de modo convincente e implacável, insistindo em afirmar que todas as raças são apenas variações da espécie humana original que evoluiu na África** [grifo nosso] (FINCH III, 2009, p.79).

A tese de Diop dissecava com maestria todo o racismo antropológico inaugurado pelo século das luzes. A prepotente ciência europeia estava com as suas certezas abaladas, uma vez que a historiografia clássica grega escondeu um fato absurdamente grave: seu edifício epistemológico era fruto de um plágio.

Por esse nobre motivo o intelectual senegalês não mediu esforços para “retornar ao manancial da histórica cultural africana para reviver, reavaliar e reconfigurar os valores culturais fundamentais que alicerçam a grandeza da civilização africana” (FINCH III, 2009,p.77).

Uma empreitada marcada por muitos percalços. Sua tese, ainda que brilhante, por motivos óbvios, foi reprovada mais de uma vez. Os museus arqueológicos fecharam as portas para Diop e complôs acadêmicos eram formados para dificultar o acesso a artefatos, estudos e idiomas egípcios que pudessem colaborar com a sua pesquisa. Cheikh Anta Diop deve ser reconhecido não apenas pelo seu magistral legado, mas sobretudo pela disciplina, sobriedade e dedicação que configuravam a sua postura investigativa.

Dono de argumentos afiados, Diop é o maior exemplo de que a luta pela descolonização das epistemologias exige um esforço visceral e não é sinônimo de negação da ciência, mas de reivindicação dos valiosos conhecimentos que foram brutalmente arrancados dos povos colonizados e racializados para serem perversamente utilizados como armas letais contra os mesmos.

Há uma África clássica que foi encoberta pelo encadeamento mental da supremacia branca. Uma afirmação que partia dos próprios filósofos gregos. “[...] os sábios gregos que foram estudar naquele país [Egito] a partir de 1610 a.C. incluíam Tales de Mileto, Pitágoras, Sólon, Eudóxio, Anaximandro, Anaxímenes e Platão, para citar apenas alguns [...]” (FINCH III, 2009, p.73). Os estudos de Cheikh Anta Diop levaram à confirmação de que o Egito pertence ao continente africano:

[...] a ideia de que uma nação africana pudesse realmente ter criado a civilização e a repassado aos gregos era simplesmente inadmissível. Após 1830, teve início uma campanha sistemática e abrangente de propaganda erudita buscando reforçar a ideia de que, embora o Egito se situasse na África, ele não pertencia à África [...] O antigo Egito foi uma civilização negro-africana em todos os aspectos essenciais, desde o período pré-histórico até a conquista romana no ano 30 a.c. [grifo nosso]. (FINCH III, 2009, p.73-6).

Outra tese importante lançada por Diop diz respeito ao início das civilizações. De acordo com o intelectual senegalês, havia dois berços: o norte e o sul.

Um clima inóspito era a principal característica do primeiro, favorecendo o predomínio de atividades masculinas como as “de pastorear, lutar e montar a cavalo. O valor e o papel das mulheres eram decididamente inferiores, e essas culturas se tornaram rigidamente patriarcais [...]” (FINCH III, 2009, p.76-7).

Em contrapartida, o sul era composto por sociedades clânicas e matriarcais. O protagonismo das mulheres era inabalável, além do cultivo de relações saudáveis com a natureza. Finch III (2009, p.76-7) descreve que as “civilizações negras da África (Egito e Cush), Irã (Elam), vale do rio Hindo (Happaran) e Suméria Mesopotâmica fazem parte deste berço.”

O exercício visceral de reparação da história da África, brilhantemente conduzido por Cheikh Anta Diop, irá inspirar gerações de intelectuais como Lélia Gonzalez. Apaixonada pela filosofia, a amefricana experimentou o giro epistemológico graças ao seu contato com os estudos afrocentrados. Reflexões que fizeram parte de suas aulas, como a transcrição de uma delas demonstra a seguir:

[...] nós falamos de Cheikh Anta Diop, que é considerado um dos maiores sábios negros do século XX. O trabalho principal deste autor que citei- infelizmente o que a gente tem trabalhado para tentar traduzir isso para o português... Porque, por uma razão muito simples, não interessa que haja divulgação das ideias dele, na medida em que elas derrubam uma série de mitos históricos construídos por um pensamento racista muito bem estruturado [...] [grifo nosso] (GONZALEZ, 2018, p.345-6).

Lélia considerava que a militância perde forças sem um esforço simultâneo de descolonização da produção científica. Por isso, em plena década de 1970, ainda que em meio ao período de endurecimento do regime militar, fazia questão de debater nas universidades os textos de Diop em uma época onde as traduções eram raras e a censura imperdoável.

Junta-se à Cheikh na vasta bibliografia da intelectual nomes como Ivan Van Sertima⁴, George G. M James dentre outros importantes nomes da Afrocentricidade. Os próximos excertos demonstram a transição da intelectual para uma historiografia afrocentrada:

“Eles chegaram antes de Colombo.” É dose! É dose! Quando a gente houve falar dos Miskitos, na Nicarágua... Eles são a própria patente de descendentes de negros misturados com índios. Mas olha para a cara de um Miskito: você vê o crioulo presente ali. São estes negros que chegaram antes de Colombo, na América [...] os índios afirmam que num passado que eles não sabem dizer quando, chegaram uns homens muito grandes e negros [...] (GONZALEZ, 2018, p.347).

A intelectual demonstra que a história do Brasil não começa com a invasão europeia. As escolas e as universidades apresentam uma historicidade que favorece os colonizadores, enclausurando os povos originários e negros na antessala do epicentro historiográfico do país.

A abolição da escravização ilustra o envenenamento que o branqueamento produz em nossas raízes históricas. Zumbi dos Palmares, Aqualtune, Maria Felipa, Esperança Garcia,

⁴ O escritor e historiador Guianês Ivan Van Sertima parecia ter surgido do nada em 1976, quando a Random House publicou seu livro *Eles vieram antes de Colombo* (1976). A tese, embora não inteiramente nova, era revolucionária: ao menos de VIII a.c até XV d.c- um período de 22 séculos- os africanos enviaram navios às Américas em expedições de exploração, comércio e imigração [...] pesquisou pessoalmente informações sobre a engenharia naval africana na antiguidade e a relação genética entre o algodão e outras espécies vegetais do Novo Mundo e do Velho Mundo. Essas evidências apontavam decisivamente para o contato pré-colombiano entre a África e as Américas. Para os “Americanistas” ortodoxos o livro foi uma surpresa desagradável-e a controvérsia persiste acerca do assunto (FINCH; NASCIMENTO, 2009, p.64).

Maria Firmina e tantos/as outros/as homens e mulheres racializados não são mencionados nos livros de história.

Uma concepção cartesiana de história que segrega as experiências das populações racializadas. Os povos originários e afrodiásporizados são confinados em guetos, como se nunca tivessem estabelecido contato. Por isso historiadores/as brancóides ficam sem respostas quando se deparam com os *Miskitos* e com amefricanos/as como Lélia Gonzalez, filha de mãe indígena e de pai afro-brasileiro.

A presença de mulheres e homens racializados e que ajudaram a escrever a história nacional no cinema, literatura, escolas e em outros ambientes virtuais ou reais, onde pulsam dinâmicas socioculturais é indispensável para libertar o inconsciente coletivo da população do racismo por denegação.

desnecessário também dizer que o negro não deixou de participar dos movimentos de libertação nacional, ocorridos tanto no período colonial quanto no império. Referimo-nos à chamada “*revolta dos alfaiates*,” à Confederação do Equador, à Sabinada, à Balaiada, à Revolução Praieira, etc. Mas o fato é que, apesar de sua importante contribuição, o negro jamais recebeu os benefícios obtidos pelos demais setores (brancos) da sociedade brasileira (BARRETO, 2018, p. 37).

Lélia Gonzalez também escreveu importantes capítulos da história nacional. Enquanto uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado-MNU, protagonizou um momento épico nas escadarias do teatro municipal do Rio de Janeiro em pleno regime ditatorial.

Mergulhou de cabeça nos movimentos sociais, na carreira política e se tornou o maior exemplo de uma pesquisadora que perseguia o direito ao conhecimento para todas as pessoas, sobretudo as racializadas.

Sem vaidades e desapegada de privilégios acadêmicos, era uma intelectual capaz de traduzir obras francesas, escutar música clássica ao mesmo tempo em que dialogava e escrevia para as periferias, enxergando nas quadras de samba grandes catedrais de saber e cultura.

Seu acervo pessoal está sob a responsabilidade do Pai Jair D’Ogum no Ilê Oxum Apará. Segundo ele: ‘Era o desejo dela que sua obra fosse conhecida e disponibilizada para o público.’ Nele, encontra-se boa parte da história do movimento negro brasileiro, a partir da década de 1970 (PROJETO MEMÓRIA, 2015).

Conhecer estes capítulos da história brasileira ocultados pela ideologia do branqueamento é uma tarefa indispensável. Asante (2009, p.101) faz uma observação importante sobre a historiografia ocidental e as distorções que provocou nas narrativas divulgadas amplamente sobre o continente africano. “No passado estudávamos a África em sua

relação com a Europa, e não como as culturas africanas se relacionavam entre si, era o modelo de pesquisa colonial.”

Reflexões pertinentes para pensarmos nos passos históricos que estamos trilhando no âmbito do Brasil. Precisamos aprofundar investigações que se debrucem sobre as relações estabelecidas entre as regiões do país. Focando nossos olhares para a Amazônia, podemos questionar sobre uma lacuna, no âmbito das produções acadêmicas, de estudos que voltem as suas atenções para os intercâmbios tecidos entre os povos que constituem o território amazônico. Mais precisamente, o amadurecimento sobre o significado de uma amefricanidade amazônica!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fadiga crepuscular dos paradigmas oriundos da modernidade exige que a educação busque trilhar novos rumos. Das três vertentes pedagógicas que se destacam no cenário educativo brasileiro, escola nova, marxista e freireana, certamente que a pedagogia de Paulo Freire, por seu caráter interdisciplinar, já estava imersa nesse importante debate paradigmático.

O pedagogo pernambucano, muito próximo de Abdias do Nascimento, tanto afetivamente quanto academicamente, parceria consolidada com os trabalhos de assessoria pedagógica na África, deixa pistas sobre possíveis pontes entre a Educação Popular e uma perspectiva afrocentrada, temática que pretendemos abordar em outros textos.

Abdias do Nascimento, assim como Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez são as principais referências do paradigma afrocentrado no Brasil. Dentre os três, dedicamos este artigo à criadora da categoria política e cultural amefricanidade.

Os/as intérpretes do pensamento gonzaleano buscam hipóteses que justifiquem o seu injusto anonimato no circuito acadêmico brasileiro. Uma delas está relacionada ao fato de o seu legado imaterial ser mais extenso que o material. Todavia, a pouca quantidade de livros publicados não pode servir de parâmetro para medir a sua estatura.

Autora de textos visceralmente atuais, há praticamente um consenso de que Lélia Gonzalez pode ser considerada uma das maiores intérpretes do pensamento social brasileiro.

Muitas foram as suas contribuições para o campo da educação e que tentamos sistematizar, ainda que brevemente, neste texto. Não poupou energia para investigar a fundo as causas do racismo estrutural no Brasil e simultaneamente traçar metas políticas e epistemológicas para combatê-lo a partir de uma ótica afrocentrada.

O conceito de amefricanidade é fruto de um artesanato intelectual inteligente e criativo que soube manter a coerência com os preceitos paradigmáticos afrocentrados, mas sem deixar de arquitetar subversões, críticas e rupturas com o próprio paradigma o qual reconhece a humildade de experimentar um perene processo de reconstrução.

Neste mesmo espírito, reconhecemos que embora Lélia Gonzalez seja uma intelectual racializada, cuja complexidade do seu pensamento foi durante muito tempo esnobada, a mesma elabora o conceito de amefricanidade a partir da região sudeste, ainda que não tenha deixado de traçar pertinentes reflexões sobre o colonialismo interno, não escreveu ou debateu sobre a Amazônia.

Acreditamos que a categoria cultural e política amefricanidade, criativo processo de reinvenção da Afrocentricidade na conjuntura brasileira, apresenta componentes para compreendermos a realidade amazônica longe de uma racionalidade instrumental. O sentido intercambiado e entrecruzado protagonizado pelos povos originários, comunidades quilombolas e outros grupos racializados é notável no território amazônico e é a coluna vertebral do pensamento amefricano. Por isso, caminhemos ao encontro das nossas amefricanidades amazônicas!

REFERÊNCIAS

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. *In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org). Afrocentricidade uma abordagem epistemológica inovadora.* São Paulo: Selo Negro, 2009.

BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. *In: GONZALEZ, Lélia. Primavera para as rosas negras.* São Paulo: UCPA Editora, 2018.

BARRETO, Raquel. Introdução. *In: GONZALEZ, Lélia. Primavera para as rosas negras.* São Paulo: UCPA Editora, 2018.

DIOP, Cheick Anta. *The African origin of civilization: myth or reality?* Westport: Lawrence Hill, 1974.

FINCH III, Charles S. Cheikh Anta Diop confirmado. *In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org). Afrocentricidade uma abordagem epistemológica inovadora.* São Paulo: Selo Negro, 2009.

GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras.* São Paulo: UCPA Editora, 2018.

_____. A categoria político-cultural de Amefricanidade. In: *Tempo brasileiro*. Rio de Janeiro, n 92/93 (jan/jul). 1988, p.69-82.

George G. M. **Stolen Legacy**: How the Wisdom of Ancient Egypt was Transformed into Greek Philosophy. 1954.

MAZAMA, Ama. Afrocentricidade como um novo paradigma. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org). *Afrocentricidade uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009.

MULHERES DA UCPA. *Posfácio*. In: GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras*. São Paulo: UCPA Editora, 2018.

_____. Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico-cultural da população afro-brasileira. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org). *Afrocentricidade uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009.

NASCIMENTO, Abdias. *Axés do sangue e da esperança*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

NASCIMENTO, Beatriz. *O conceito de quilombo e a resistência cultural negra*. Afrodiáspora Nos. 6-7, pp.41-48. 1985.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de pesquisa*, n.14, p.179-95. Novembro. 2001. ISSN: 1980-5314 (On-line). <https://doi.org/10.1590/198053147557>.

QUIJANO, Aníbal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RATTS, Alex. *Eu sou atlântica sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza, 2006.

REDEH; BRASIL CAP. *Projeto memória Lélia Gonzalez- o feminismo negro no palco história*, 2015. O legado. Disponível em: <[Lélia Gonzalez, o feminismo negro no palco da história \(projetomemoria.art.br\)](http://Lélia Gonzalez, o feminismo negro no palco da história (projetomemoria.art.br))> Acesso em 03 de novembro. 2021.

Submetido em: 26 de outubro de 2021.

Aprovado em: 28 de janeiro de 2022.

Publicado em: 10 de agosto de 2022.